

Processo civil supranacional, União Européia e Mercosul

*Sidnei Agostinho Beneti**

É dos tempos atuais a solidificação dos blocos regionais supranacionais. A União Européia constitui grupo econômico¹ capaz de oferecer interlocutor ao bloco norte-americano comandado pelos Estados Unidos e Canadá. O Pacto Andino ajunta povos do oriente da América Latina e, para nós, o Mercosul se torna realidade, cumprindo o cronograma de implantação, a partir do Tratado de Assunção.

Essa nova ordem, em maior ou menor escala, é supranacional, o que quer dizer algo bem diverso da ordem nacional e da ordem internacional. A diferença da nova ordem supranacional, em comparação com a ordem nacional e a internacional, é que estas últimas são, em última análise, nacionais, pois o direito nacional se afirma, quer à sua própria consideração, quer em suas relações com outros direitos nacionais, ao passo que a ordem supranacional constitui outra unidade normativa, situada acima das ordens nacionais, tornando-se, na clássica observação de Díez de Velasco, para a mais forte dessas ordens, a União Européia, um ente jurídico "entre um sistema propriamente internacional e um embrião de sistema federal".²

Direito Processual Internacional

A ordem jurídica estatal é, antes de tudo, essencialmente nacional, mas, ante o relacionamento entre os Estados, mormente nos tempos em que as relações econômicas, os transportes e a comunicação suprimem de fato as fronteiras, harmonizam-se as diversas ordens jurídicas nacionais³.

Esse relacionamento nacional entre os Estados acarreta, para o direito processual, a exigência de toda a extensa normatividade ne-

* Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura.

cessária à realização da prestação jurisdicional pelo Estado, de modo a alcançar pessoas, bens e atos jurídicos no âmbito extraterritorial, quer dizer, no campo internacional, com a necessária estabilidade do comando normativo mediante a afirmação da vontade da lei no caso concreto. Harmonização da soberania nacional, no âmbito da jurisdição do Estado em que se concretiza o processo, com a soberania de outros Estados, em que devem ser praticados atos processuais referentes ao desenvolvimento do processo ou à execução nele decidida.

Com propriedade, tem-se o campo do direito processual internacional, matéria à qual vêm sendo dedicados estudos cientificamente bem demarcados, nos centros culturais em que mais diretamente repercute o fenômeno da internacionalização⁴.

No campo do direito processual internacional há a concorrência de duas ou mais ordens jurídicas nacionais, devendo elas harmonizarem-se segundo aludido direito. São questões de um direito nacional, posto em confronto com outro direito nacional. As regras nacionais determinam a extensão da normatividade nacional a outros Estados, ou definem a flexibilidade da normatividade nacional para a aceitação de julgamentos realizados segundo a ordem jurídica estrangeira, ou para a admissão de prática de atos processuais tendentes à satisfação da ordem jurídica exterior⁵.

Relações Supranacionais: Normas Supranacionais

A novidade é o direito processual supranacional. Fenômeno do maior desenvolvimento na Europa do pós-guerra, vêm-se criando organismos de harmonização de atividades de produção, comércio, controle aduaneiro, imposição tributária, circulação de bens e pessoas, de modo a constituir-se formidável massa de normas internacionais, materializadas em tratados, convenções, pactos e outros instrumentos de direito internacional.

Os organismos supranacionais, cujo mais expressivo representante, sem dúvida, é a atual União Européia, foram institucionalizando-se por intermédio de evolução que, considerada a expressão da matéria, não pode ser considerada lenta⁶, mas, ao contrário, rápida e decisiva, conservando sempre trajetória segura de constituição de blocos de normatividade capazes de assegurar a consecução de objetivos regionais bem definidos, mormente aptos ao enfrentamento de outros blocos econômicos, de origem nacional, mas de vocação multinacional apta à implantação segura nos mais diversos Estados nacionais⁷.

Esses organismos supranacionais constituem centros normativos, a cujas normas submetem-se os Estados que deles participam, inclusive nas Constituições nacionais, que foram emendadas, para a submissão, inclusive das próprias normatividades, às normas supranacionais, as quais, na divergência, prevalecem sobre a Constituição de cada Estado-membro.

No campo da ciência política e da doutrina do Estado, são entes novos⁸. Não são, evidentemente, Estados nacionais; não constituem federação, porque não suprimem a soberania de cada Estado, que prossegue com representação internacional própria; não integram confederação, porque são dotados de personalidade jurídica de direito público internacional, constituindo mais do que mera reunião de Estados, que conservam, além disso, a faculdade de dissociação, a qualquer tempo, assegurada pelos atos de regência normativa da União. Fenômeno novo, os organismos supranacionais, na forma de maior aperfeiçoamento, como a União Européia, só podem inserir-se em categoria nova, de ente jurídico Superestado, no sentido de situar-se acima de cada um dos Estados, conservando-se a individualidade destes; uma espécie de federação restrita a pontos da soberania estatal apropriados pelo ente supranacional no ato da inserção participativa⁹.

Os entes supranacionais existentes na atualidade, contudo, estão longe da uniformidade, variando a quantidade de poderes nacionais cujo exercício é permitido a cada entidade. A soberania nacional encerra feixe de poderes do Estado, dos quais alguns se transferem ao ente supranacional. A medida da variedade coloca-se em relação direta com a quantidade de poderes transferidos. O mais comum é a auto-submissão do Estado a regras comuns a respeito de atividade administrativa e fiscal aduaneira, de transporte de bens e locomoção de pessoas. Em alguns casos, contudo, a regência supranacional atinge fina regulamentação, de modo a interferir na própria produção nacional, como é o caso da regulação da concorrência e da qualidade exigível de produtos, havendo, mesmo, a aspiração a implantação de uma só moeda supranacional¹⁰.

Direito Processual Supranacional: A Experiência da Europa

No âmbito da jurisdição, a consequência é o surgimento do direito processual supranacional, necessário à própria existência do bloco supranacional. Fala-se, no caso mais desenvolvido, em "sistema judiciário das Comunidades Européias"¹¹, e assinala-se que um aspecto essencial para a validade e consecução do direito comunitário europeu localiza-se na outorga de proteção jurídica nos casos litigiosos. Por esse modo a Comunidade Européia assegura sua autoridade¹². Pode-se afirmar que não existiria a União Européia nos sólidos moldes atuais sem o firme sistema judiciário baseado no Tribunal de Justiça das Comunidades Européias (TJCE), sediado em Luxemburgo. Como afirma Juan José Martín Arribas, "o mérito do TJCE está em haver constituído, desde a origem e sobre um terreno favorável, até o ponto mesmo de transcender a situação já dada, um direito comunitário como a ponta de lança da construção européia. Daí podermos afirmar que o TJ, como órgão independente dentro do conjunto das instituições comunitárias, patrocina e promove progressivamente a integra-

ção jurídica europeia, o que nos faz subscrever com o conhecido juiz P. Pescatore que, pela primeira vez, uma jurisdição foi realmente inserida em um sistema institucional internacional: sua competência foi definida de tal maneira que os juizes estão em condições de fazer jogar seu papel no Direito; e, por último, criou-se um vínculo orgânico entre esta jurisdição comum e os poderes jurisdicionais nacionais"¹³. A extensa jurisprudência da Corte de Luxemburgo tem garantido o funcionamento do sistema, arbitrando, com decisões sancionadas com a coactividade, as tensões geradas pelo choque de interesses privados e públicos no âmbito das comunidades¹⁴.

Tribunal de Justiça Supranacional

A experiência viva em matéria supranacional é a das comunidades europeias, ora enfeixadas na União Europeia. Nesse âmbito veio a firmar-se a necessidade da implantação da jurisdição supranacional como instrumento de composição de lides e afirmação do direito supranacional.

O Tribunal das Comunidades Europeias, sediado em Luxemburgo, foi criado em 1952¹⁵. A 24 de outubro de 1988 foi criado o Tribunal de Justiça de 1ª Instância, também no Luxemburgo, tendo "como objetivo melhorar a proteção judicial dos que recorrem ao Tribunal, instaurando um duplo grau de jurisdição e permitindo ao Tribunal de Justiça concentrar-se na sua tarefa essencial: a interpretação do direito comunitário".¹⁶ O processo de determinação jurisdicional do direito comunitário permanece com o Tribunal de Justiça e por isso será a seguir exposta, com a base necessária à existência da comunidade supranacional estável.

Ações e Recursos Necessários à Supranacionalidade

Seis modalidades de ações e recursos mostraram-se necessários à estabilidade da interpretação dos tratados da União Europeia. Anote-se que, sem a força jurisdicional resultante dessas ações e recursos, sobretudo do último, o chamado *reenvio prejudicial*, não haveria direito estável entre as jurisdições nacionais e, portanto, estaria pulverizada a própria União Europeia devido ao choque das soberanias decorrentes da guerra jurisdicional. As ações e os recursos são os seguintes:

I) *Ação por incumprimento*: destinada a controlar o cumprimento pelos Estados-membros das obrigações impostas pelo direito comunitário. São legitimados a propô-la apenas a Comissão da União Europeia¹⁷ e cada Estado-membro.

II) *Recurso de anulação*: pode ser proposto em duas hipóteses: a) pelos Estados-membros, conselho ou comissão, para anulação, no todo ou em parte, de disposições comunitárias; b) pelos particulares, para anulação de atos jurídicos que lhes tragam prejuízo individual direto.

III) *Ação por omissão*: tem por finalidade o controle da inatividade, silêncio ou inação das instituições comunitárias, que tragam prejuízo aos princípios da Comunidade Européia.

IV) *Ação de responsabilidade civil*: objetiva a efetivação de responsabilidade extracontratual da Comunidade, no tocante aos danos causados por suas instituições ou agentes no exercício de suas funções.

V) *Recurso ordinário*: recurso limitado às questões de Direito, contra decisões do Tribunal de 1ª Instância.

VI) *Reenvio prejudicial*: destinado a assegurar a uniformidade na aplicação do direito comunitário, no âmbito das diversas jurisdições de cada um dos Estados-membros da União — cujos juízes funcionam, quando perante eles aforada ação referente a questão comunitária, como juízes comunitários. Essas questões são, geralmente, atinentes à execução administrativa do direito comunitário pelos Estados-membros e a disposições dos tratados e direito derivado, que criem direitos em prol dos cidadãos europeus, os quais devem ser garantidos pelos tribunais nacionais. O processo de reenvio prejudicial só pode ser provocado por um órgão jurisdicional nacional, mas dele, no Tribunal de Justiça das Comunidades Européias, participam todas as partes envolvidas, chegando-se, pois, à admirável coesão do direito comunitário, em face da diversidade dos sistemas jurídicos dos Estados-membros — o que é essencial para a criação do conceito de cidadania européia, que já vem se afirmando a cada momento em todas as nações da Comunidade.

A Jurisprudência Estável da União Européia

Esse verdadeiro complexo judiciário¹⁸ vem assegurando a unidade européia, com a qual fundamentalmente comprometido, de modo a superar a individualidade das marcantes diferenças regionais que se apresentariam nas diferentes jurisdições, bem como a evitar a dispersão na praticização do comando legal comunitário relativamente ao caso concreto, dispersão que fatalmente haveria no caso da improvisação jurisdicional que ocorreria se se instituisse uma unidade de julgamento específico de cada caso.

Nesse sistema harmônico de interpretação da norma comunitária, em confronto com a normatividade interna de cada Estado-membro, é que foi possível formar admirável teia jurisprudencial, de que se isolam, para mera exemplificação, alguns casos de coactividade geral, impensável à luz de outros sistemas de composição de conflitos, que não o da decisão jurisdicional supranacional.

Ponderem-se as tensões jurídicas solucionadas nos seguintes *leading cases*:¹⁹

II) *Hydrotherm Geratebrau* — TJ-UE — Acórdão de 12.7.1984 — Empresa: “Deve ser compreendida como designando uma unidade econômica do ponto de vista do acordo em causa, mesmo se, do

ponto de vista jurídico, é constituída de várias pessoas singulares ou coletivas."

II) Suiker Unie — TJ-UE — Acórdão de 16.12.1975 — "Práticas concertadas" — forma de coordenação entre empresas que "sem ter sido levada até à realização de uma convenção propriamente dita, (...) substitui cientemente uma cooperação prática entre elas aos riscos da concorrência, cooperação tendo por resultado as condições normais do mercado."

III) Brasserie de Haecht I — TJ-UE — Acórdão de 12.12.1967 — O art. 85 é aplicável quando com base num conjunto de elementos objetivos de fato ou de direito, se pode concluir que um acordo "está em moldes de exercer eventualmente uma incidência direta ou indireta nas correntes de trocas comerciais entre Estados-membros, de contribuir para a separação do mercado e de tornar mais difícil a interpretação desejada pelo Tratado de Roma."

IV) Polipropileno — TJ-UE-1ª Instância — Acórdão de 1992 — Quando a comissão dispõe de dados suficientes dos quais consta que algumas empresas têm a intenção comum de seguir uma determinada linha de comportamento no mercado, a comissão pode considerar provada a existência de um "acordo" na acepção do art. 85.

V) Vlakgas — TJ-UE-1ª Instância — Art. 86 — Abertura para a Justiça decidir pela possibilidade de várias empresas possuírem uma posição de força, embora, no caso, não se provando a derrogação do art. 86.

VI) Cassis de Dijon — TJ-UE — Acórdão de 20.2.1979 — Licores Cassis — Princípio da proporcionalidade ou proporção como critério para confrontar o uso das competências pelos Estados-membros com os objetivos do tratado. O governo alemão tentou defender uma decisão limitando um teor de álcool mínimo obrigatório, mencionando da saúde pública, porque os produtos com um baixo teor de álcool provocariam uma maior dependência do que as bebidas com um teor de álcool mais elevado (Flieger, p. 13): "No caso do processo Cassis de Dijon, a suposta vantagem quanto ao teor mínimo de álcool, fixado como obrigatório pela autoridade francesa na bebida cassis, visando à saúde pública, não contrabalançou a desvantagem que esse obstáculo significou para a importação estrangeira do cassis."

VII) RAU/SE Smedt — TJ-UE — Acórdão de 20.11.1982 — Margarina belga — Regulamentação prescrevendo uma embalagem de margarina em forma de cubo, por assim dizer para melhor esclarecimento do consumidor — prática condenada pelo Tribunal de Justiça.

O Mercosul e a Composição de Conflitos

O Mercosul²⁰, entidade iniciante²¹, em comparação com a União Europeia, busca seus destinos. A evolução retarda-se para a criação de uma Corte Supranacional — retardamento causado por razões de evolução histórica e de afirmação de objetivos político-econômicos²².

Na síntese esclarecida de Jürgen Samtleben, “na área do Mercosul o Protocolo de Ouro Preto submete expressamente todas as controvérsias sobre a interpretação do direito comunitário aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Brasília. Uma cláusula semelhante está incluída nos tratados e protocolos celebrados no âmbito do Mercosul, como, por exemplo, no Acordo de Las Leñas sobre Cooperação Judicial, no Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional e no Protocolo de Ouro Preto sobre Medidas Cautelares. É óbvio que os procedimentos estabelecidos no Protocolo de Brasília são completamente inadequados quando o juiz nacional tenha que aplicar uma norma destas convenções ou outra norma do direito comunitário. Para esses casos seria recomendável introduzir no ordenamento jurídico do Mercosul um mecanismo da interpretação prejudicial por uma Corte Supranacional que garanta a aplicação uniforme do direito comunitário. Por essa via, também ficariam atenuados os problemas constitucionais relacionados com o conceito de soberania, já que a última decisão, em todo caso, caberia ao juiz nacional”²³. A ausência de uma Corte Supranacional no âmbito do Mercosul, na visão, ainda, de Jürgen Samtleben, só não vem causando grandes danos sistemáticos apenas devido ao caráter incipiente do ordenamento jurídico supranacional e ao princípio do consenso, que faz com que “todas as decisões dos órgãos se tomam por consenso de todos os Estados partes.”²⁴

Em conclusão, além do direito processual nacional e internacional, há no mundo uma nova realidade, que é o direito processual supranacional. Necessário aos blocos de Estados que se associam em torno da supranacionalidade, apresenta-se com institutos próprios e, sobretudo, com ações, recursos e procedimentos jurisdicionais característicos, aos quais não bastam as categorias do processual nacional.

Ao atingirem a maturidade jurídica, superando a fase inicial de mero acordo de interesses de mercado e trânsito de bens e pessoas pelas fronteiras nacionais, com a formação de consciência supranacional regional, as entidades supranacionais passam a ter por pressuposto de uniformidade e coactividade normativa a institucionalização jurisdicional, por intermédio de uma Corte de Justiça, como mecanismo permanente de solução de controvérsias jurídicas, apto a fornecer estabilidade ao sistema²⁵. A essa necessidade não escapará o Mercosul, no decorrer do desenvolvimento como entidade supranacional. Momento de constituição, modo de composição e instrumentos processuais são, evidentemente, matéria de porvir.

NOTAS

1. Chegou-se, no âmbito da União Européia, a ultrapassar a idéia inicial de simples mercado comum. Atingiu-se, propriamente, a união européia, desenvolvendo-se o princípio da cidadania européia (cf. Christian Hen e Jacques Léonard, *L'Union Européenne*, La Découverte, Paris, 1995, p. 36),

indo "da cooperação política européia à política estrangeira comum" (ver Philippe Moreau Defarges, *Les Institutions Européennes*, Armand Colin, Paris, 1995, p. 143).

2. Díez de Velasco, *El Tribunal de Justicia de las Comunidades Europeas*, Madri, 1984, p. 15.

3. A ordem jurídica supranacional, saliente-se, não deve ser considerada estrangeira, mas, sim, integrante da normatividade do Estado participante. A ela não se aplica, portanto, a precisa 7ª Conclusão do Prof. Luís Roberto Barroso, em obra primorosa, de que "se a norma estrangeira estiver em confronto com o ordenamento constitucional brasileiro, juízes e tribunais deverão negar-lhe aplicação" (*Interpretação e Aplicação da Constituição*, SP, Saraiva, 1996, p. 264).

4. Ver, entre outros, na doutrina alemã, em obras especializadas: Geimer/Schütze, *Handbuch des internationalen Zivilverfahrensrechts*, 1984; Nagel, *Internationales Zivilprozessrecht*, 1. Aufl. 1984; J. Schröder, *Internationale Zuständigkeit*, 1971; Schütze, *Deutsches Internationales Zivilprozessrecht*, 1985; Büllow/Blockstiegen, *Der Internationale Rechtsverkehr im Zivil-und Handelssachen*, 3. Aufl., ab. 1983; Geimer, *Internationales Zivilprozessrecht*, 1987; Martiny, *Handbuch des internationalen Zivilverfahrensrechts*, hrsg. v. Max-Planck-Institut, Bd III 1 u 2 1984; 1973; Schütze, *Deutsches Internationales Zivilprozessrecht*, 1985.

5. Nesse ponto vem a questão de competência internacional. Ver síntese de Othmar Jauernig (*Zivilprozessrecht*, C.H.Beck, München).

6. No resumo de Christian Hen e Jacques Léonard, as principais datas são as seguintes: "9.5.1950: discurso de Robert Schuman: propõe colocar as produções francesa e alemã do carvão e do aço sob uma autoridade comum. 18.4.1951: assinatura em Paris do tratado instituindo a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA). 25.3.1957: assinatura em Roma dos Tratados CEEA (Comunidade Européia de Energia Atômica) e CEE (Comunidade Econômica Européia). 30.1.1962: entrada em vigor dos primeiros regulamentos sobre a política agrícola comum (PAC); criação do FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola). 8.4.1965: tratado de fusão dos executivos das três Comunidades (Conselho de Ministros e Comissão). 30.1.1966: compromisso de Luxemburgo, que põe fim à crise aberta pela França em junho de 1965 (política da cadeira vazia) e que impõe a unanimidade para as decisões importantes. 16.7.1968: eliminação total dos direitos alfandegários entre os Seis e colocação da tarifa aduaneira comum em vigor. 21.4.1970: decisão do Conselho levando à criação de recursos próprios para a Comunidade. 22.1.1972: assinatura do tratado de adesão da Inglaterra, da Dinamarca e da Irlanda (vigência em 1º de janeiro de 1973). 28.2.1975: assinatura da Primeira Convenção de Lomé entre a CEE e 46 países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). 20.9.1976: decisão de eleger os deputados europeus por sufrágio universal. 28.5.1970. tratado de adesão da Grécia (entrada em vigor em 1º de janeiro de 1981). 7 e 10.6.1979: primeiras eleições do Parlamento Europeu por sufrágio universal. 12.6.1985: assinatura, em Madri e Lisboa, dos tratados de adesão da Espanha e Portugal (entrada em vigor a 1.1.1986). 14.6.1985: a Comissão transmite ao Conselho um Livro Branco sobre o complemento do Mercado Interior até 1992 (300 proposições). 17 e 28.2.1986: assinatura, no Luxemburgo e na Haia, do Ato Único Europeu modificando o Tratado de Roma e prevendo a realização do Mercado Interior para 1.1.1993 (entrada em vigor a 1.7.1987). 13.2.1988: acordo no Conselho Europeu de Bruxelas sobre a reforma do financiamento das Comunidades. 19.6.1990:

assinatura entre a França e a Alemanha e o Benelux da convenção de Shengen sobre a livre circulação de pessoas. 9 e 10.12.1991: cúpula de Maastricht: acordo sobre o Tratado da União Econômica e Monetária (UEM) e sobre o Tratado de União Política. 7.2.1992: assinatura do Tratado de Maastricht. 1.11.1995: entrada em vigor do Tratado de Maastricht. 1.1.1995: adesão da Suécia, Finlândia e Áustria" (L'Union Européenne, La Découverte, Paris, 1995, p. 9).

7. Conhecido o fenômeno econômico das empresas multinacionais, a constituir verdadeiros Estados, capazes de direcionar políticas nacionais em realidades econômico-políticas da maior expressão. São fontes normativas com força análoga à dos Estados, hábeis a direcionar-lhes a normogênese. Nem podem considerar-se representantes dos Estados da sede, tantas vezes localizada nos denominados "paraísos fiscais", ou de origem, de que se dissociam, com dirigentes muitas vezes mais numerosos e expressivos em outros Estados. Grandes corporações sobretudo norte-americanas, japonesas, alemãs, inglesas, francesas, suíças, italianas, canadenses, espanholas, suecas e outras são de observação rotineira.

8. Entes juridicamente novos, de grande complexidade normativa, também foram, sobretudo, a extinta União Soviética, que agrupava várias repúblicas e a ex-Iugoslávia. A Comunidade britânica sempre se diferenciou pela reunião de nações independentemente sob o mesmo centro de poder. O Canadá, no modelo federativo, não apresenta dificuldades, a despeito da marcante individualidade da Província de Quebec.

9. Ver. J. L. Mathieu, *La Communauté Européenne, Marché ou État?*, Nathan, 1990. Sobre tudo, caracterizando a União Européia como sujeito de direitos internacionais e como pessoa jurídica internacional, ver Thomas Oppermann, *Europarecht*, C.H. Beck, 1991, p. 68.

10. Nos extremos da transferência de poderes aos organismos supranacionais encontram-se a União Européia, com larga margem de transferência, e o Mercosul, com pouco mais, por enquanto, do que pacto aduaneiro e fiscal e sem instituição permanente de solução de conflitos.

11. Ver. Guy Isaac, *Droit Communautaire Général*, Masson, 1995, p. 217, e Thomas Oppermann, *Europarecht*, C. H. Beck, Munique, 1991, p. 228, com extensa bibliografia.

12. Thomas Oppermann, *Europarecht*, C. H. Beck, Munique, 1991, p. 229.

13. Juan José Martín Arribas, *Manual de Derecho Procesal Comunitario*, Akal, Madri, 1988, p. 17. O autor fundamenta as afirmativas em conclusões de J. Gand (*La Sen.* 1. Dezembro de 1965) e R. Pescatore (*Le Droit Communautaire et Droit national selon la Jurisprudence de la Cour de Justice des Communautés Européennes*, 1969, p. 73).

14. Também quanto ao Pacto Andino, o Tribunal Andino, sediado em Quito, vem assim agindo (cf. Samtleben/Marwege, Integración Económica y Derechos de Propiedad Industrial en la Jurisprudencia del Tribunal de Justicia del Acuerdo de Cartagena), *Revista del Derecho Industrial* 15 — 1993, pp. 429-466.

15. Desde a criação, em 1952, até 1994, "foram submetidos à apreciação do Tribunal mais de 7 mil processos. Desde 1978 que foi atingido o número de 200 novos processos por ano e, em 1985, o número de 400 processos por ano foi ultrapassado" (*O Tribunal de Justiça das Comunidades Européias*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 1994, p. 4).

16. Cf. *O Tribunal de Justiça das Comunidades Européias*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 1994, p. 5.

17. A Comissão, composta de 17 membros, é o órgão executivo da União Europeia. São os seguintes os órgãos da União Europeia: "O Parlamento Europeu, eleito por sufrágio direto e universal, é o representante dos povos da Comunidade. Participa no processo legislativo e orçamental e exerce um poder de controle limitado mas crescente. O Conselho, composto por 12 membros (um ministro por Governo) toma as decisões e adota a legislação comunitária. A sua composição varia em função dos assuntos a tratar (ministros dos Negócios Estrangeiros, da Agricultura, dos Transportes, das Finanças...). A Comissão, que reúne dezessete membros independentes, propõe a legislação comunitária, fiscaliza o seu cumprimento, bem como o cumprimento dos tratados e gere as políticas comuns. O Tribunal de justiça, sediado desde a sua criação no Luxemburgo, assegura, em conjunto com o Tribunal de Primeira Instância, o respeito do direito no processo de integração comunitário. O Tribunal de Contas, por seu lado, controla a execução do orçamento da Comunidade. Paralelamente a estas instituições, o Comitê Econômico e Social, órgão de natureza consultiva, associa os representantes dos sindicatos e dos grupos socioprofissionais ao processo de elaboração da legislação comunitária. Finalmente o Banco Europeu de Investimento tem por missão contribuir financeiramente para o desenvolvimento equilibrado da Comunidade". (Cf. *O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1994, p. 3). (Ver também resumo de Christian Hen e Jacques Léonard, *L'Union Européenne*, La Découverte, Paris, 1995, pp. 18-9).

18. A Biblioteca do 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, possui, em português, à disposição de consultas, a coleção, de Julgados da Corte de Justiça das Comunidades Europeias, os quais vem recebendo há anos, devido a gestões do autor deste trabalho com o Prof. Vassili Christianos, *référéndaire* da Corte de Justiça das Comunidades Europeias.

19. Casos lembrados, em prol da jurisdição estável, por Arthur Flieger, então da Universidade de Antuérpia, em palestra sob o título "A Arbitragem no Âmbito do Mercosul", proferida no Instituto dos Advogados de São Paulo, sob os auspícios do aludido instituto, da Associação dos Advogados de São Paulo e da Escola Nacional da Magistratura (texto mimeografado).

20. Sobre a matéria da composição de conflitos no Mercosul, entre outros, ver: Luiz Olavo Baptista, "Solução de Divergências no Mercosul", em *Mercosul. A Estratégia Legal dos Negócios*, Luiz Olavo Baptista, coord., Maltese, p. 127, e *Revista de Jurisprudência Escolhida do 1º TACiv-SP*, v. 3/79; Jürgen Samtleben, "Der südamerikanische gemeinsame Markt (Mercosur) und seine neue Verfassung" (mimeo); Enrique Vescovi, "Hacia un Derecho Comunitario en el Mercosur", Seminario Capacitación Judicial y Derecho Comunitario, Montevideu, 28-30.8.1996; Belter Garré Copello, "La Creacion de un Tribunal de Justicia en el Mercado Comun del Sur (Mercosur). Regimenes de Derecho Comparado", em *Estudios Multidisciplinarios sobre el Mercosur*, Facultad de Derecho, Un. de La Republica, Montevideo, 1995, p. 173 e "Soluciones de Controversias en El Mercado Comun del Sur" (*idem*, p. 193).

21. A cronologia básica do Mercosul é a seguinte: 30.11.1985: Foz do Iguaçu, Argentina e Brasil criam uma Comissão Mista de Alto Nível para a Integração; 29.7.1986: Buenos Aires, Presidentes Alfonsín e Sarney põem em execução o Programa de Integração e Cooperação Econômica; seguem-se vários protocolos e tratados entre os dois países; 6.7.1990: ata de Buenos Aires, entre os Presidentes Menem e Collor de Mello, estabelecendo prazo de cinco anos para a criação do Mercado Comum; 26.3.1991: Tratado de As-

sunção, Presidentes Menen, Collor de Mello, Rodríguez e Lacalle, estabelecendo o Projeto do Mercosul, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai; 25.9.1991: Decreto Legislativo 197, de 25.9.1991 — Aprovação do Tratado de Assunção pelo Congresso Nacional Brasileiro; 21.11.1991: Decreto 350, de 21.11.1991 — Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai; 17.12.1991: Protocolo de Brasília sobre Solução de Controvérsias, prevendo um sistema transitório arbitral para solução de controvérsias e que "até 31 de dezembro de 1994, os Estados-parte adotarão um Sistema Permanente de Solução de Controvérsias para o Mercado Comum"; 17.12.1994: Protocolo de Ouro Preto, que formalmente colocou em vigência o Mercosul como entidade de Direito Internacional; 28.6.1995: Código Aduaneiro — Projeto de Decreto Legislativo 111, de 28.6.1995 — Enviado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 168, de 1.2.1995; protocolado na casa sob nº 001681995, em 3.4.1995; 15.12.1995: Tratado de Madri, estabelecendo relações entre a União Européia e o Mercosul.

22. A bibliografia sobre o Mercosul já é extensa e relevante, destacando-se, em breve resumo: Paulo Roberto de Almeida, entre outros títulos, *O Mercosul no Contexto Regional e Internacional*, SP, Aduaneiras, 1993; Luiz Otavio Baptista, "O Impacto do Mercosul sobre o Sistema Legislativo Brasileiro", *RT* 690/39, e "The Asuncion Treaty Establishing the Southern Common market", in *Rev. Droit des Affaires Internationales*, Paris, 1992 (5): 567-88; Alberto Brause Berreta, "Mercosur e Judiciário", *Rev. Ajuris*, 22(63):161-5, março 1995; Luis A. Eguivar e Rodolfo R. Rua Boiero, *Mercosur La Ley*, Montevideu; M. Cristina Vázquez, Rosario Silva Gilli, Eduardo D. Gaggero, Juan A. Benítez Gómez, Héctor Babace, Eduardo Tellechea Bergman, Belter Garré Copello, Martha Jardí Abella, *Estudios Multidisciplinarios sobre el Mercosur*, Facultad de Derecho, Un. de la República, Fund. de Cultura Universitaria, Montevideu, 1995; Dromi, Admedkjian, Rivera, *Derecho Comunitario. Régimen del Mercosur*, Buenos Aires, 1995; Sergio Abreu Bonilla, *Mercosur Integracion*, Fund. da Cultura Universitaria, Montevideu, 1991; Belter Garre Copello, *El Tratado de Asuncion y el Mercado Comum del Sur (Mercosur)*, Ed. Universidad, Montevideu, 1991; Calixto Salomão Filho e Jürgen Samtleben, "Der südamerikanische gemeinsame Markt — Eine rechtliche Analyse des Mercosur", em *Wertpapier-Mitteilungen*, 1992, p. 1.345; Paulo Borba Casella, "Soberania e Aplicação do Direito da Concorrência na Comunidade Européia e no Mercosul", *Rev. Inf. Legis*, 1993, jul./set., 1-12; Newton de Lucca, "Processos Comunitários de Integração Econômica e a Proteção dos Consumidores", *Rev. Dir. Consumido*, 1995, 16:29-36; Cláudia Lima Marques (coord.), *A Proteção do Consumidor no Brasil, Mercosul*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1994, e "O Cód. Bras. de Defesa do Consumidor e o Mercosul", in: *Rev. Dir. Consumidor*, 1993, 8/40-57; Francisco de Assis Munóz (org.), *Código Tributário Aduaneiro do Mercosul*, Fund. Inst. de Ensino de Osasco, 1995.

23. Jürgen Samtleben, do Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht Hamburg: "Perspectivas para uma Corte do Mercosul e a Experiência Européia", comunicação ao III Ciclo de Direito Econômico, Escola Nacional da Magistratura, Instituto dos Advogados de São Paulo e Instituto Brasileiro de ciências Bancárias, Montevideu, 25.5.1996, mimeo, p. 9.

24. Jürgen Samtleben, cit. anterior, p. 6. O autor arremata: "Não vejo pelo momento o perigo de grandes choques entre direito comunitário e constitu-

cional, devido ao princípio do consenso que rege a atuação dos órgãos comuns. De outro lado, é notável o esforço dos Estados Membros para criar condições favoráveis para a integração, como se reflete na nova Constituição argentina, cujo art. 75, nº 24, expressamente admite a delegação de competências e jurisdição às organizações supra-estatais" (p. 11). E lembra, ainda, decisão da Corte Suprema Argentina que já apreciou a matéria (Corte Suprema, 2.12. 1993, Cochia c. Estadio Nacional, em *El Derecho*, v. 156, p. 321 (326); resumo em *La Ley* 1994-D, p. 683, nº 2958): "O tratado de Assunção... que estabelece o Mercosul, constitui a culminação de um processo de comum consciência entre as nações da região, e é uma clara definição de política legislativa que o ordenamento jurídico não pode contradizer, dificultar ou omitir em sua implementação prática" (p. 11 e nota 36, p. 14).

25. Belter Garré Copello assinala que o processo arbitral instituído pelo Protocolo de Brasília pode valer para experiências transitórias "que servirão para a criação de instituições definitivas do Mercado Comum do Sul (Mercosur), e, no caso, de um tribunal permanente. Por ora, as carências mais sensíveis no mecanismo de solução de controvérsias transitório criado consistem na ausência de uma ação direta dos particulares contra os Estados — concedendo-lhes legitimação ativa para atuar em juízo e não meramente a possibilidade de iniciar uma reclamação ante a seção nacional respectiva — nas hipóteses do art. 25 do Protocolo de Brasília; assim como na falta de uma ação de reenvio prejudicial, tal como existe no Tribunal de Justiça das Comunidades Européias e no Tribunal de Justiça Andino" (ob. cit., p. 228).